# ENTRE PRODUZIR CONHECIMENTO E PRODUZIR A SI MESMA

TALITA VIEIRA DOS SANTOS KLOSOWSKI[1];
RAQUEL DORIGAN DE MATOS[2]

[1] *Universidade Estadual do Centro Oeste – talitaklosowski@gmail.com*
[2] *Universidade Estadual do Centro Oeste – rdmatos@unicentro.br*

**Resumo** Este trabalho propõe analisar a pós-graduação *stricto sensu* como uma organização social produtora de subjetividades, na qual o trabalho intelectual é atravessado por relações de poder, reconhecimento e resistência. Parte-se da compreensão de que a universidade não é apenas espaço de formação ou produção científica, mas também uma organização histórica, contraditória e hierarquizada, que regula modos de existir academicamente. Nesse contexto, pesquisadoras são convocadas a performar docilidade institucional, enquanto vivenciam disputas epistemológicas e silenciamentos de experiências corporificadas. O objetivo é refletir sobre como a subjetividade acadêmica é fabricada nas práticas cotidianas da pós-graduação, especialmente quando pesquisadoras insurgentes, feministas, racializadas, periféricas ou politicamente implicadas tensionam os modelos tradicionais de produção do conhecimento. A análise ancora-se em perspectiva crítico-reflexiva, materialista e feminista interseccional, tomando a narrativa como método. Argumenta-se que a radicalidade acadêmica não é excesso ou falta de rigor, mas prática ético-política de enfrentamento às formas domesticadas de conhecimento e existência.
**Palavras-chave:** Psicologia Feminista Interseccional; pós-graduação; trabalho intelectual; epistemologias insurgentes.

## Introdução

A pós-graduação *stricto sensu* é, jurídica e politicamente, parte de um projeto educacional que articula educação, trabalho, produção científica e prática social. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que a educação se desenvolve em diferentes espaços formativos, incluindo o trabalho, as instituições de ensino e pesquisa e os movimentos sociais, além de afirmar que a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. A mesma legislação determina que a preparação para o exercício do magistério superior ocorra prioritariamente em programas de mestrado e doutorado. Desse modo, a pós-graduação não pode ser compreendida como domínio neutro, isolado ou exterior às relações sociais, ao contrário, constitui uma forma institucionalizada de formação, trabalho intelectual, produção de legitimidade científica e regulação dos sujeitos autorizados a ocupar determinados lugares no campo acadêmico.

Esse entendimento ganha especial relevância no ciclo avaliativo recente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As diretrizes comuns da Avaliação de Permanência dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* indicam que a avaliação dos programas não se restringe à mensuração de desempenho, mas também subsidia políticas públicas, produz diagnósticos institucionais e atua como mecanismo de indução do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Nesse contexto, dimensões como autoavaliação, planejamento estratégico, formação, produção intelectual e impacto social

passam a compor critérios centrais da avaliação institucional. A avaliação, assim, não apenas descreve a pós-graduação: ela também orienta condutas, define expectativas, institui parâmetros de excelência e interfere nos modos pelos quais docentes, discentes e pesquisadoras/es compreendem sua própria inserção acadêmica.

A escala do sistema evidencia a centralidade política dessa discussão. O estudo Brasil: Mestres e Doutores 2024, do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), acompanha a formação e o emprego de 1.001.861 mestres e 319.211 doutores titulados entre 1996 e 2021, demonstrando a densidade estrutural da pós-graduação brasileira no interior do trabalho qualificado e da vida institucional do país. Paralelamente, o Censo da Pós-Graduação *stricto sensu*, instituído pela Portaria CAPES nº 99/2024, consolida-se como política anual destinada a subsidiar tomadas de decisão e formulação de políticas públicas, com ênfase em ações afirmativas e inclusivas, abrangendo docentes, discentes, pós-doutorandos e coordenadores. Assim, a pós-graduação não se apresenta como instância periférica, mas como espaço estratégico de produção de elites científicas, critérios de verdade, hierarquias profissionais e formas legitimadas de existência acadêmica.

É neste enquadramento que se situa o problema central deste artigo: se a pós-graduação foi historicamente organizada para formar, avaliar e qualificar sujeitos para o magistério superior e para a produção de conhecimento, de que modo ela também participa da fabricação de subjetividades acadêmicas? A questão que orienta esta reflexão não se limita a perguntar quem ingressa, permanece ou se titula, mas interroga quais modos de existência intelectual são reconhecidos como legítimos, rigorosos e excelentes. Parte-se da hipótese de que pesquisadoras cujas trajetórias encarnam conflitos sociais, pertencimentos subalternizados e perspectivas epistemológicas não domesticadas tendem a ter sua radicalidade desqualificada com maior intensidade, justamente porque tensionam a fantasia institucional de neutralidade, linearidade, produtividade contínua e disponibilidade total.

Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar a pós-graduação *stricto sensu* como uma organização social produtora de subjetividades, examinando como o trabalho intelectual é atravessado por relações de poder, reconhecimento, avaliação, silenciamento, sofrimento e resistência. Busca-se compreender de que modo práticas institucionais aparentemente neutras — como critérios de produtividade, pareceres, bancas, métricas, regimes de excelência, políticas de permanência e dispositivos avaliativos — participam da produção de subjetividades acadêmicas marcadas por ambivalências, como coragem e autocensura, pertencimento e inadequação, confiança e culpa, ousadia intelectual e docilidade estratégica.

Metodologicamente, o artigo configura-se como um ensaio teórico-crítico, de abordagem qualitativa, construído a partir da articulação entre análise documental e perspectiva narrativa implicada. A análise documental mobiliza normativas, relatórios, dados oficiais e documentos institucionais relacionados à pós-graduação brasileira, especialmente aqueles produzidos ou divulgados pela CAPES, CGEE, CNPq, MCTI e pela legislação educacional brasileira. Já a dimensão narrativa implicada não é tomada como relato individualizado ou autobiográfico em sentido estrito, mas como estratégia epistemológica situada, capaz de explicitar que toda produção de conhecimento se realiza a partir de posições históricas, políticas, institucionais e subjetivas. A partir de uma perspectiva materialista, feminista interseccional e crítico-reflexiva, argumenta-se que a pós-graduação não produz apenas títulos, indicadores e publicações, mas também formas de subjetivação, regimes de reconhecimento e modos de resistência no interior da universidade.

## Fundamentação teórica

A construção desta fundamentação teórica foi orientada por uma seleção criterial de autoras feministas, negras, latino-americanas, caribenhas e decoloniais cuja produção permite compreender a universidade como espaço de disputa epistemológica, subjetivação e hierarquização dos corpos autorizados a produzir conhecimento. O critério de escolha das autoras não se baseou em uma revisão bibliométrica, mas em uma estratégia qualitativa de pertinência teórico-política, considerando quatro dimensões: a centralidade das obras para o pensamento feminista interseccional e decolonial; a capacidade de problematizar os vínculos entre conhecimento, poder, raça, gênero, colonialidade e subjetivação; a existência de livros ou coletâneas consolidadas no debate acadêmico; e a aderência direta ao problema deste artigo, isto é, a fabricação de subjetividades acadêmicas na pós-graduação.

A opção por esse referencial não é apenas temática, mas epistemológica. Ao priorizar essas autoras, este artigo recusa a naturalização de uma teoria produzida majoritariamente a partir do Norte Global como medida universal de cientificidade. Lélia Gonzalez, em ‘’Por um feminismo afro-latino-americano’’ (2020), desloca o debate feminista ao demonstrar que raça, gênero, classe, colonialidade e linguagem não podem ser pensados separadamente na formação social. Sueli Carneiro, em ‘’Dispositivo de racialidade’’ (2023), oferece uma chave decisiva para compreender como instituições educacionais participam da produção de sujeitos, hierarquias e processos de epistemicídio. Rita Segato (2021) permite pensar a colonialidade como uma estrutura persistente de ordenamento da vida social, enquanto Ochy Curiel (2013) contribui para desnaturalizar a produção da norma, da diferença e da autoridade epistemológica. María Lugones (2003), por sua vez, possibilita compreender o gênero como categoria atravessada pela colonialidade, e não como dimensão universal abstrata.

Pensar a pós-graduação como organização produtora de subjetividades exige deslocar a análise de uma concepção puramente institucional para uma concepção psicossocial, política e epistemológica do trabalho intelectual. A universidade não é apenas um conjunto de normas, programas, linhas de pesquisa e sistemas de avaliação. Ela é também uma economia afetiva e simbólica: distribui medo, desejo, promessa, vergonha, pertencimento e reconhecimento. O sujeito acadêmico é produzido na tensão entre aquilo que deseja pesquisar e aquilo que aprende a apresentar como pesquisável. Essa tensão não é meramente individual, ela expressa a relação entre poder institucional, autorização epistemológica e regimes históricos de legitimidade.

A subjetividade acadêmica não é uma essência individual nem um traço privado de personalidade. Ela se constitui na relação entre práticas institucionais, discursos de excelência, hierarquias de prestígio, modos de reconhecimento e tecnologias de avaliação. A pesquisadora aprende a se narrar por meio de currículos, métricas, bancas, editais, pareceres e produtividade. Aprende que sua existência acadêmica precisa ser documentada, mensurada, ranqueada e convertida em evidência. O que não entra no currículo tende a desaparecer como trabalho, o que não entra na métrica tende a desaparecer como valor, o que não se adapta ao gênero textual dominante tende a aparecer como imaturidade.

Nesse ponto, a contribuição de Sueli Carneiro (2023) é central. Ao formular o conceito de dispositivo de racialidade, a autora demonstra que os processos de poder não operam apenas pela exclusão explícita, mas também pela produção de sujeitos, saberes autorizados e subjetividades subordinadas. Sua análise permite compreender que a educação formal pode funcionar como espaço de reprodução de hierarquias raciais e epistêmicas. Carneiro afirma que a escola pode operar como ‘’um dos operadores da dominação e da fabricação de

sujeitos’’ (Carneiro, 2023, p. 111). Essa formulação é decisiva para o argumento deste artigo, se a educação fabrica sujeitos, a pós-graduação também fabrica modos de existir academicamente.

No interior da pós-graduação, essa fabricação se expressa como exigência contínua de prova. A permanência não se reduz à matrícula, ao cumprimento de créditos ou à defesa da dissertação ou tese. Ela é também uma experiência psíquica de vigilância. A pesquisadora precisa demonstrar produtividade, estabilidade emocional, maturidade teórica, aderência institucional, capacidade de circulação e competência para não parecer “excessiva”. A docilidade acadêmica não é passividade simples, é uma tecnologia de sobrevivência. Ela se expressa na escolha cuidadosa das palavras, na moderação da crítica, na retirada do corpo do texto, na conversão da dor em dado e na negociação permanente entre desejo de ruptura e medo de exclusão.

A psicodinâmica desse processo é complexa. De um lado, há o desejo legítimo de reconhecimento. Pesquisar é também querer ser lida, ouvida, validada e inscrita em uma comunidade intelectual. De outro, há a ameaça permanente da desqualificação. A pesquisadora insurgente se vê diante de uma pergunta silenciosa: quanto de radicalidade seu texto pode suportar antes de ser rebaixado à militância? Essa pergunta não é abstrata. Ela se instala na escrita, na banca, na relação com orientadoras e orientadores, nos pareceres de eventos, nas exigências de “equilíbrio”, “neutralidade”, “distanciamento” ou “adequação teórica”.

A radicalidade, aqui, não é compreendida como ornamentação retórica nem como gesto performático de oposição.[1] Radicalidade designa a recusa de separar conhecimento e mundo vivido. É a insistência em afirmar que corpo, raça, gênero, território, classe, maternidade, sofrimento, violência institucional e implicação política não são impurezas metodológicas, mas condições históricas de produção do saber. O que a universidade chama de neutralidade, muitas vezes, é apenas a localização dominante que conseguiu ocultar seu próprio corpo.

Essa crítica encontra ressonância direta em Lélia Gonzalez (2020). Ao formular a noção de amefricanidade e ao denunciar os efeitos do racismo na formação cultural e política latino-americana, Gonzalez desestabiliza o universalismo abstrato que organiza parte significativa da produção acadêmica. Sua obra evidencia que a América Latina não pode ser pensada sem a centralidade da experiência negra, indígena, feminina e colonial. A autora desloca o feminismo de uma matriz branca, eurocentrada e liberal, recolocando a experiência das mulheres negras e ameríndias como fundamento analítico, e não como apêndice identitário. Em diálogo com Gonzalez, este artigo compreende que a pesquisadora situada não representa um desvio da razão científica, mas a denúncia de que a razão dominante sempre esteve situada, embora tenha sido historicamente protegida pelo nome de universal.

A crítica feminista interseccional tem demonstrado que o universal acadêmico foi historicamente construído por sujeitos que puderam falar sem serem lidos como “identitários”. O pesquisador branco, masculino, cisgênero, urbano, sem marcação aparente de classe ou território, frequentemente aparece como sujeito neutro. Já a pesquisadora negra, periférica, mãe, feminista, trabalhadora ou politicamente implicada precisa explicar sua posição, justificar sua linguagem e provar que sua experiência não compromete seu rigor. Há,

[1] Neste artigo, entende-se radicalidade como uma postura crítica nas ciências sociais, voltada a romper com formas de pesquisa excessivamente pragmáticas, racionalistas ou positivistas, frequentemente associadas à hegemonia do modelo quantitativo. Aproxima-se, assim, da tradição da Escola de Frankfurt, ao defender uma produção de conhecimento dialética, crítica e atenta às contradições sociais.

assim, uma desigualdade na distribuição da neutralidade. Alguns corpos são autorizados a falar como razão, outros são imediatamente suspeitos de falar apenas como experiência.

Ochy Curiel contribui para esse debate ao mostrar que a produção de conhecimento está atravessada pela construção histórica da diferença e da norma. Em ‘’La nación heterosexual’’, a autora analisa como determinados sujeitos são posicionados como “outros” da ordem social e epistemológica. Curiel define esses ‘’outros’’ como aqueles que ‘’no han tenido privilegios de raza, clase, sexo, sexualidad, nacionalida’’ (Curiel, 2013, p. 26). Essa formulação permite pensar a pós-graduação como espaço em que a diferença é frequentemente incorporada como objeto de estudo, mas nem sempre reconhecida como lugar legítimo de produção teórica.

A pós-graduação opera como organização porque transforma essa desigualdade em rotina. Não é necessário que todos os agentes sejam intencionalmente discriminatórios. A força da organização está justamente na capacidade de converter hierarquias históricas em procedimentos aparentemente neutros. A avaliação curricular pode parecer técnica, mas pressupõe determinadas condições de tempo, estabilidade, rede, financiamento, saúde mental e disponibilidade. O parecer científico pode parecer impessoal, mas carrega expectativas de estilo, tema, tradição e autoridade. A banca pode parecer espaço racional de debate, mas também pode funcionar como ritual de disciplina do corpo que ousou falar demais.

Rita Segato (2021) ajuda a compreender essa dimensão ao propor uma crítica da colonialidade que não se limita ao passado colonial, mas alcança as formas contemporâneas de organização das hierarquias sociais, raciais, sexuais e epistêmicas. Sua noção de uma antropologia por demanda desloca o lugar tradicional da pesquisadora como sujeito soberano da interpretação, recolocando a produção de conhecimento em relação com as demandas históricas e políticas de comunidades, territórios e sujeitos subalternizados. Essa perspectiva é fundamental para este artigo porque permite compreender que a produção científica não é neutra em relação ao mundo social: ela pode servir à reprodução da ordem ou à sua desestabilização.

Essa dimensão é particularmente relevante para a análise reflexiva da prática social nas organizações. Se as organizações são relações de práticas contraditórias e historicamente produzidas, a pós-graduação é uma organização exemplar para observar a fabricação de subjetividades no trabalho intelectual. Nela, a pesquisadora é simultaneamente estudante, trabalhadora intelectual, produtora de conhecimento, candidata a reconhecimento, corpo avaliado e sujeito em disputa. Sua subjetividade é atravessada por prazos, bolsas, orientações, currículos, editais, disputas epistemológicas, expectativas familiares, insegurança financeira e promessas de ascensão simbólica.

A contribuição de Patricia Hill Collins (2019) permite aprofundar esse ponto ao compreender o pensamento feminista negro como tradição intelectual produzida tanto dentro quanto fora da academia. A autora demonstra que mulheres negras elaboram conhecimento a partir de posições marcadas por opressões interseccionais, mas também por práticas coletivas de resistência, cuidado e interpretação crítica da realidade. Essa perspectiva impede que a experiência seja reduzida a dado bruto ou testemunho menor. Ao contrário, a experiência, quando elaborada teoricamente, torna-se fonte legítima de conhecimento social. No caso da pós-graduação, essa chave permite afirmar que a pesquisadora insurgente não compromete a ciência ao escrever a partir de uma posição situada, ela torna visíveis as condições que a ciência dominante frequentemente oculta.

Há ainda uma dimensão inconsciente nesse processo. A universidade convoca a pesquisadora a desejar o reconhecimento da mesma instituição que a fere. Esse duplo vínculo

produz ambivalência: a pesquisadora deseja pertencer, mas percebe que o pertencimento exige mutilações. Deseja ser reconhecida, mas teme que aquilo que há de mais potente em sua pesquisa seja justamente o que a instituição não quer ouvir. Deseja romper, mas sabe que a ruptura pode custar bolsa, recomendação, vínculo, orientação, publicação ou credenciamento futuro. O sofrimento acadêmico nasce muitas vezes dessa cisão, a pesquisadora precisa transformar sua força crítica em linguagem aceitável para sobreviver ao campo que pretende criticar.

A manipulação narrativa institucional opera justamente nesse ponto. A universidade se apresenta como espaço de mérito, pluralidade e liberdade intelectual, mas frequentemente administra a pluralidade por meio de critérios estreitos de aceitabilidade. O discurso da excelência funciona como promessa e ameaça. Promete reconhecimento aos que se adaptam e ameaça invisibilidade aos que tensionam demais. O problema não é a existência de critérios de qualidade, mas a naturalização de critérios historicamente situados como se fossem universais. A crítica radical é então enquadrada como falta de maturidade quando, na verdade, pode estar nomeando o ponto cego da própria instituição.

Nesse sentido, Donna Haraway (1995) contribui com a crítica à pretensão de uma visão científica desencarnada. Sua formulação dos saberes localizados permite compreender que objetividade não significa ausência de posição, mas responsabilidade pela posição a partir da qual se conhece. Essa perspectiva dialoga com o feminismo negro e decolonial ao afirmar que o problema não está na existência de uma localização histórica do sujeito pesquisador, mas na recusa de certos sujeitos em reconhecerem a própria localização. A neutralidade, assim, não é superada pela negação do corpo, mas pela explicitação crítica das condições de produção do conhecimento.

A subjetividade radical da pesquisadora insurgente é, assim, uma subjetividade em conflito. Ela não apenas produz conhecimento sobre poder, ela experimenta o poder em sua própria trajetória de produção. Sua escrita carrega a marca do confronto entre o desejo de dizer e a exigência de se tornar palatável. Seu método frequentemente nasce do atrito entre experiência vivida e linguagem autorizada. Sua pesquisa não é menos científica por ser implicada, ela apenas se recusa a fingir que o conhecimento nasce sem corpo, sem história, sem conflito e sem posição.

Assim, a fundamentação teórica deste artigo sustenta que a pós-graduação *stricto sensu* deve ser analisada como organização produtora de subjetividades porque articula regimes de saber, poder, reconhecimento e avaliação. A partir de autoras feministas negras, latino-americanas, caribenhas e decoloniais, torna-se possível compreender que a desqualificação da radicalidade acadêmica não é um fenômeno meramente individual ou estilístico, mas parte de uma gramática institucional que regula quais corpos, temas, linguagens e epistemologias podem aparecer como rigorosos. Contra essa gramática, a radicalidade é aqui defendida como prática ético-política e epistemológica, não como excesso de subjetividade, mas como recusa da ficção de que há ciência sem mundo, sem corpo e sem disputa.

## Evidências documentais

A força deste argumento não está apenas na formulação teórica. Ela encontra sustentação em dados oficiais que revelam uma contradição decisiva, a ampliação da presença de mulheres e grupos racializados na pós-graduação não tem sido acompanhada, na mesma

intensidade, por reconhecimento material, prestígio científico e redistribuição efetiva de poder.

O estudo Brasil: Mestres e Doutores 2024, do CGEE (2024), informa que, no período de 1996 a 2021, foram concedidos 1.001.861 títulos de mestrado e 319.211 títulos de doutorado. No recorte racial, a assimetria é expressiva: no mestrado, 495.542 títulos foram concedidos a pessoas brancas, correspondendo a 49,5% do total; pessoas pretas receberam 41.137 títulos, 4,1%; pessoas pardas, 167.790, 16,7%; indígenas, 2.364, 0,23%; amarelas, 11.895, 1,2%; e 28,3% ficaram sem declaração de cor ou raça. No doutorado, a concentração branca é ainda mais forte: 188.331 títulos foram para pessoas brancas, 59% do total; 10.762 para pessoas pretas, 3,4%; 47.680 para pardas, 14,9%; 910 para indígenas, 0,3%; e 5.007 para amarelas, 1,6%.

Esses números evidenciam que a democratização da pós-graduação ocorre sobre uma estrutura historicamente assimétrica. A expansão da titulação não dissolve automaticamente a colonialidade do reconhecimento. Pessoas negras, pardas e indígenas passam a ingressar mais intensamente no sistema, mas ainda o fazem em um campo cujo centro simbólico foi construído pela predominância branca, regionalmente concentrada e epistemologicamente regulada. A presença desses sujeitos não significa, por si, transformação dos critérios que definem o que é conhecimento legítimo.

O recorte de sexo e idade também revela defasagens importantes. Entre mulheres brancas, a maior frequência de titulações de mestrado em relação aos homens brancos aparece já em 1996; no doutorado, isso ocorre em 2003. Entretanto, para mulheres pretas, o quadro é mais desigual: no doutorado, o número de titulações de mulheres pretas esteve abaixo do número de titulações de homens pretos no período observado. O próprio documento registra que a feminização da pós-graduação no mestrado para categorias preta e parda ocorre com cerca de uma década de defasagem em comparação às mulheres brancas (CGEE, 2024).

Essa informação é decisiva para uma leitura interseccional. Não há uma experiência homogênea de “mulheres na pós-graduação”. A mulher branca e a mulher negra, ou de outra intersecção, não entram no mesmo tempo histórico, não ocupam a mesma posição simbólica e não enfrentam os mesmos regimes de suspeição. A categoria mulher, se tomada de modo abstrato, pode ocultar a violência racial que diferencia trajetórias. A radicalidade de uma pesquisadora negra não é recebida institucionalmente do mesmo modo que a ousadia de uma pesquisadora branca. O corpo que fala altera a recepção da fala.

A desigualdade também se expressa na remuneração. O CGEE (2024) afirma que, embora as mulheres tenham deixado de ser minoria entre titulados no Brasil, ainda não emergiu uma tendência firme de redução das diferenças de remuneração entre homens e mulheres mestres ou doutores empregados. Em 2009, mulheres com mestrado e emprego formal recebiam, em média, remuneração 28,1% menor que a dos homens mestres. No doutorado, a diferença era de 15%. Em 2021, o diferencial persistia, mulheres com títulos de mestrado e doutorado recebiam, respectivamente, 26,7% e 16,5% menos do que seus pares homens no conjunto das atividades econômicas.

A desigualdade não se restringe a setores específicos. O CGEE (2024) registra que, em 2021, não havia grande área do conhecimento em que mulheres com mestrado ou doutorado recebessem remuneração média mensal igual ou superior à dos homens. Em todas as grandes áreas, a remuneração média feminina era inferior. Isso é politicamente incontornável, mesmo quando as mulheres alcançam alta qualificação, o mercado e a estrutura institucional continuam atribuindo menor valor econômico ao seu trabalho. A titulação não neutraliza o gênero. O diploma não suspende a hierarquia.

A dimensão regional aprofunda o problema. O relatório sobre a diferença de remuneração por região e unidade da federação mostra que, em 2021, mulheres receberam remunerações significativamente inferiores às dos homens no Brasil como um todo e em cada uma das regiões brasileiras. Entre mestras, a região Sul apresentava uma diferença de 28,4% em relação aos homens com a mesma titulação, no doutorado, a região Sudeste apresentava a maior diferença, de 18,2%. O dado desmonta qualquer leitura individualizante da desigualdade, não se trata de exceção, escolha pessoal ou falha de desempenho, trata-se de padrão estrutural distribuído no território.

No campo do prestígio científico, a contradição torna-se ainda mais aguda. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) (2025) informa que mulheres são maioria nas bolsas de mestrado e doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com 54% e 53%, respectivamente, mas representam apenas 35,5% das bolsas de produtividade, destinadas a cientistas com maior destaque na carreira acadêmica. Esse dado é um dos mais fortes para sustentar a tese deste artigo. Ele mostra que a presença feminina na formação não se converte automaticamente em consagração científica.

É nesse ponto que a desigualdade se torna organizacional. As mulheres não deixam de atingir os espaços de maior prestígio por menor capacidade intelectual ou menor compromisso com a ciência, mas porque os critérios de excelência tendem a premiar trajetórias lineares, ininterruptas e altamente disponíveis, historicamente mais compatíveis com percursos masculinos. Essa assimetria é sustentada pela divisão sexual do trabalho de cuidado: segundo o IBGE, em 2022, as mulheres dedicavam, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e/ou ao cuidado de pessoas, enquanto os homens dedicavam 11,7 horas, o que representa uma diferença de 9,6 horas por semana (IBGE, 2023).

Assim, maternidade, trabalho doméstico, cuidado, sobrecarga cotidiana, menor tempo para circulação acadêmica, menor inserção em redes de prestígio e dificuldade de cumprir exigências contínuas de produtividade interferem diretamente na acumulação de capital científico. O sistema pode afirmar que avalia todos pelos mesmos parâmetros, mas esses parâmetros foram construídos sobre a ficção de um sujeito acadêmico abstrato, sem corpo, sem dependentes, sem interrupções, sem violência e sem desigualdade estrutural. A universidade admite mulheres na base, mas ainda as filtra intensamente no topo porque transforma desigualdades sociais de tempo, cuidado e disponibilidade em diferenças aparentes de desempenho.

A participação das mulheres no emprego formal reforça o descompasso entre presença e reconhecimento. Em 2021, a proporção de mulheres entre mestres empregados chegou a 54%, enquanto sua participação entre mestres titulados era de 56,8%, entre doutores empregados, a participação feminina era de 50,9%, abaixo da participação entre doutores titulados, de 55,6%. A defasagem revela que a titulação feminina, embora numericamente majoritária, enfrenta obstáculos na conversão em posição ocupacional equivalente. A pesquisadora pode ser formada, mas nem sempre incorporada de modo proporcional ao trabalho formal reconhecido.

No recorte racial, a concentração também permanece. O CGEE informa que, nas titulações de mestrado concedidas entre 1996 e 2021, 46% foram para pessoas brancas, 20% para pardas, 5% para pretas e menos de 1% para indígenas e amarelas, com 27% sem declaração de cor ou raça. Em termos de emprego formal, a absorção de profissionais brancos ainda reflete a concentração das titulações nessa categoria racial, em 2021, pessoas brancas representavam 65% dos empregados com mestrado e 74% dos empregados com doutorado, excluída a categoria sem declaração.

Não se trata, assim, de um problema periférico. A pós-graduação brasileira é atravessada por uma contradição central: amplia o acesso, mas mantém assimetrias de prestígio, incorpora sujeitos historicamente excluídos, mas preserva filtros de reconhecimento, celebra diversidade, mas ainda premia trajetórias que mais se aproximam do sujeito acadêmico tradicional: disponível, competitivo, sem interrupções, sem corpo visível, sem cuidado, sem ruído político.

## A violência institucional como economia

A radicalidade de pesquisadoras não é apenas desvalorizada no plano das ideias. Ela é produzida, modulada e muitas vezes contida por uma ecologia institucional marcada por assédio, discriminação, maternidade desigualmente penalizada e ausência de políticas suficientemente robustas de cuidado. A violência institucional não age apenas quando exclui, age também quando transforma o ambiente em um lugar onde a pesquisadora aprende a se reduzir para continuar.

As Recomendações para a Avaliação Quadrienal 2029 (2025), elaboradas pelo Comitê Permanente de Ações Estratégicas e Políticas para Equidade de Gênero com suas interseccionalidades (Comitê Permanente de Ações Estratégicas e Políticas para Equidade de Gênero com suas interseccionalidades) da CAPES, são fundamentais para este debate. O documento propõe três eixos principais: políticas de ações afirmativas e promoção de equidade, diversidade e inclusão, políticas de apoio à maternidade e valorização do cuidado, e políticas de enfrentamento ao assédio moral, ao assédio sexual, às violências de gênero e a todo tipo de discriminação.

Esse reconhecimento institucional é mais do que administrativo, é diagnóstico. Quando a CAPES recomenda que tais dimensões componham a avaliação da pós-graduação, admite que a qualidade dos programas não pode ser separada das condições de permanência, cuidado, dignidade e segurança. A excelência deixa de ser apenas produto final e passa a exigir análise das condições de produção. Um programa que produz artigos, mas tolera assédio, não é excelente, é produtivo sob violência. Um programa que titula, mas penaliza maternidade, não é neutro, é organizado segundo um modelo masculino de disponibilidade.

O próprio Comitê Permanente de Ações Estratégicas e Políticas para Equidade de Gênero com suas interseccionalidades reconhece a carência de dados sobre diversidade no Sistema Nacional de Pós-Graduação, mas apresenta evidências contundentes de sub-representação. Em áreas como Ciências Exatas e da Terra e Ciências Biológicas, pessoas brancas representam 90,1% dos docentes de pós-graduação, enquanto pessoas pretas, pardas ou indígenas somam apenas 7,4%, e mulheres representam apenas 32% dos cientistas vinculados aos PPGs. O documento também registra que, entre bolsistas de produtividade do CNPq, apenas 18,7% se autodeclaram pessoas negras e mulheres negras representam apenas 5,6% das bolsas vigentes (CAPES, 2025).

No eixo da maternidade, o Comitê Permanente de Ações Estratégicas e Políticas para Equidade de Gênero com suas interseccionalidades registra que há impacto direto da maternidade na carreira das mulheres no Brasil, muitas vezes refletindo em queda de produtividade nos anos seguintes à chegada dos filhos. Mulheres que se tornam mães podem ter a competitividade prejudicada por longo período, com impacto na ascensão na carreira e até no abandono da ciência. O documento destaca ainda que políticas neutras em relação à parentalidade frequentemente falham em enfrentar desigualdades estruturais, especialmente

no caso de docentes de pós-graduação, em que a queda de produtividade afeta credenciamento e recredenciamento (CAPES, 2025).

Essa passagem pode desmontar o mito da produtividade como medida pura. A produtividade acadêmica não é apenas resultado de capacidade individual, é função de tempo social disponível, rede de apoio, ausência de interrupções, saúde mental, financiamento e reconhecimento. A maternidade explicita o caráter fictício do sujeito acadêmico universal, esse sujeito é imaginado como alguém sem dependentes, sem cuidado, sem exaustão doméstica, sem corpo que gesta, amamenta, adoece ou interrompe sua produção por razões não reconhecidas como intelectuais.

A pesquisadora mãe enfrenta uma dupla cobrança, deve produzir como se não materna e maternar como se não produzisse. Essa sobrecarga não é apenas uma percepção subjetiva, mas aparece em dados sobre a divisão do cuidado na carreira científica. Em levantamento do movimento Parent in Science com mais de 2.000 pesquisadoras/es no Brasil, 54% das respondentes mães afirmaram ser as únicas responsáveis pelo cuidado dos filhos, enquanto apenas 34% relataram divisão igualitária do cuidado entre os pais, além disso, somente 14% conseguiam trabalhar regularmente em casa após a maternidade. O mesmo estudo identificou que 81% das pesquisadoras mães avaliaram que a maternidade impactou negativamente ou muito negativamente sua carreira científica, e que a redução na produtividade, medida pela queda nas publicações, pode persistir por pelo menos quatro anos após o nascimento do primeiro filho (Machado et al, 2019).

As recomendações do Comitê Permanente de Ações Estratégicas e Políticas para Equidade de Gênero com suas interseccionalidades avançam ao propor que programas relatem políticas de apoio à maternidade, ampliem tempo de avaliação curricular para docentes que tiveram afastamento por parto, adoção ou guarda judicial, considerem afastamentos como justificativa legítima para ampliação de prazos e implementem apoio a lactantes. Também propõem indicadores como taxa de permanência após maternidade e índice de suporte à maternidade. Tais medidas não são concessões benevolentes, são correções mínimas de uma estrutura que historicamente avaliou como desempenho individual aquilo que era desigualdade socialmente produzida (CAPES, 2025).

No eixo do assédio, o documento é ainda mais contundente. O Comitê Permanente de Ações Estratégicas e Políticas para Equidade de Gênero com suas interseccionalidades registra que uma pesquisa da Academia Brasileira de Ciências identificou que 47% das mulheres relataram ter sofrido assédio sexual no ambiente de trabalho, contra 12% dos homens, quanto ao assédio moral, 62,9% das mulheres relataram tê-lo sofrido, contra 46,5% dos homens. O documento também menciona pesquisa com 71 Instituições Federais de Ensino Superior, segundo a qual 52,3% não possuíam qualquer política de prevenção e, dessas, 70% não possuíam medidas de combate ao assédio (CAPES, 2025).

Esses dados inviabilizam tratar o sofrimento acadêmico como fragilidade individual. O medo, a autocensura, a hesitação em denunciar, a moderação da fala e a adaptação comportamental são respostas psíquicas a ambientes que podem punir a exposição. A pesquisadora que suaviza sua crítica talvez não esteja sendo menos corajosa, talvez esteja lendo com precisão as condições assimétricas de risco. A instituição da pós-graduação ensina que falar tem custo, e que esse custo não é igualmente distribuído.

A retaliação, nesse contexto, assume formas sutis. Pode aparecer como não convite para bancas, retirada de oportunidades, isolamento, julgamento moral, parecer agressivo, desqualificação da escrita, orientação controladora, ameaça de descredenciamento, informalidade violenta ou fofoca acadêmica. Pode aparecer, sobretudo, como produção de

dúvida sobre si mesma. A violência institucional mais eficaz é aquela que dispensa punição explícita porque já foi internalizada como autocontrole. A pesquisadora aprende a se perguntar antes de escrever: "isso será lido como rigor ou como exagero?" A pergunta parece metodológica, mas é política.

A CAPES, ao noticiar as recomendações do Comitê Permanente de Ações Estratégicas e Políticas para Equidade de Gênero com suas interseccionalidades, destaca que uma das propostas é que programas relatem esforços para ampliar representatividade e permanência de grupos historicamente negligenciados entre professores e alunos, e que, na formação e produção intelectual, seja avaliado o incentivo à inclusão de integrantes com perfis diversos em bancas de mestrado e doutorado, considerando gênero, raça, origem acadêmica, regionalidade e perspectivas epistemológicas distintas. Esse ponto é fundamental, a diversidade não é apenas demográfica, é epistemológica. Não basta colocar corpos diversos em bancas que continuam julgando a partir de uma única gramática de legitimidade.

## A gramática da neutralidade e o menosprezo da radicalidade

O menosprezo da radicalidade acadêmica raramente se anuncia como repressão explícita. Ele se manifesta, muitas vezes, por meio de exigências aparentemente técnicas: prudência, equilíbrio, método, maturidade, elegância e objetividade. A pesquisadora radical não é necessariamente proibida de falar, é convocada a falar de outro modo, com menos corpo, menos conflito, menos denúncia e menos implicação. Nesse sentido, a violência epistêmica pode se apresentar como recomendação estilística. Quando se diz "seja mais acadêmica", frequentemente está em jogo uma exigência de adequação a uma gramática de legitimidade que historicamente associa rigor à distância, neutralidade à autoridade e implicação política à fragilidade analítica. Essa crítica aproxima-se da formulação de Donna Haraway (1995), para quem a objetividade científica não deve ser confundida com uma visão desencarnada e universal, mas compreendida a partir de saberes localizados, responsáveis por explicitar suas próprias condições de produção.

A neutralidade funciona, nesse cenário, como uma ficção regulatória. Ela não elimina perspectivas, apenas protege algumas perspectivas de serem nomeadas como tais. O saber dominante se apresenta como universal porque conseguiu apagar suas condições históricas, sociais, raciais, territoriais e corporais de produção. Já os saberes insurgentes são obrigados a declarar suas marcas e justificar sua legitimidade. Uma pesquisadora feminista precisa explicar por que mobiliza autoras feministas; precisa justificar raça como categoria analítica; precisa demonstrar que seu território constitui problema científico, e não apenas relato local; precisa provar que sua trajetória interrompida pela maternidade, pelo trabalho de cuidado, pela precarização ou pela violência institucional não compromete sua competência. Como argumenta Lélia Gonzalez (2020), a crítica feminista latino-americana precisa enfrentar o apagamento das experiências negras, indígenas e populares produzido por matrizes eurocentradas de pensamento. Do mesmo modo, Sueli Carneiro (2023) permite compreender que a produção institucional do conhecimento também opera por meio do epistemicídio, isto é, pela desqualificação sistemática de sujeitos e saberes racializados e subalternizados.

Essa desigualdade na exigência de justificação é um mecanismo de poder. Ela produz cansaço epistêmico. A pesquisadora radical precisa "gastar energia" demonstrando que seu objeto merece existir antes mesmo de desenvolver plenamente sua análise. Precisa defender a legitimidade de sua pergunta, de seu método, de suas autoras, de seu tom e de sua implicação.

A academia, então, exige que ela produza conhecimento e, simultaneamente, prove que seu modo de conhecer não é inferior. Patricia Hill Collins (2019) contribui para essa discussão ao afirmar que o pensamento feminista negro não se reduz a uma experiência particular, mas constitui uma tradição intelectual capaz de produzir conhecimento crítico sobre relações de poder. A experiência, nesse enquadramento, não é o oposto da teoria, torna-se matéria de elaboração analítica quando situada histórica, política e metodologicamente.

A radicalidade é menosprezada quando sua densidade é confundida com falta de controle. Uma escrita intensa pode ser lida como pouco objetiva, uma crítica à instituição pode ser lida como ressentimento, uma metodologia narrativa pode ser lida como frágil, uma epistemologia feminista pode ser lida como parcial, uma análise racial pode ser lida como identitária, uma denúncia de violência pode ser lida como militância. O problema não está na ausência de rigor dessas abordagens, mas na estreiteza dos critérios que definem rigor a partir de um ideal desencarnado. Haraway (1995) ajuda a deslocar esse impasse ao demonstrar que a pretensão de neutralidade absoluta frequentemente encobre posições dominantes não nomeadas. Assim, o rigor não exige a eliminação do corpo, da história ou da experiência, mas a explicitação crítica do lugar a partir do qual se conhece.

Há também uma dimensão institucional nesse funcionamento. As organizações tendem a proteger a imagem que constroem de si mesmas, sobretudo quando se apresentam como espaços de liberdade, pluralidade e crítica. A universidade, ao se narrar como instituição meritocrática e aberta ao dissenso, nem sempre reconhece que também reproduz violência, racismo, misoginia, elitismo, colonialidade e precarização. Quando pesquisadoras insurgentes tornam visíveis essas contradições, tensionam não apenas conteúdos teóricos, mas a própria autoimagem institucional. Nesse ponto, a crítica de Rita Segato (2021) à colonialidade é importante, pois permite compreender que as instituições modernas seguem organizadas por hierarquias persistentes de raça, gênero, território e autoridade. A retaliação à radicalidade pode ser entendida, assim, como reação institucional à exposição de seus próprios pontos cegos.

Essa dinâmica aparece de modo sofisticado na forma como a universidade administra a diferença. A diferença é celebrada quando pode compor relatórios, editais, fotografias institucionais e discursos de inclusão, mas torna-se incômoda quando altera o conteúdo da crítica, a composição das bancas, os critérios de excelência, a bibliografia obrigatória, a política de permanência, a distribuição de bolsas, o enfrentamento ao assédio e a legitimidade de epistemologias não hegemônicas. Como argumenta Ochy Curiel (2013), os regimes de poder produzem sujeitos normativos e sujeitos marcados como “outros”, regulando quem pode falar, a partir de onde e com que autoridade. Desse modo, a diferença tolerada é decorativa, a diferença radical é reorganizadora. E é justamente essa diferença reorganizadora que tende a ser domesticada.

O MCTI (2025) reconhece que, ao não valorizar talentos femininos, o país perde a diversidade de olhares que enriquece a produção científica. Essa afirmação, embora institucional, carrega uma consequência crítica profunda: a desvalorização de mulheres na ciência não é apenas injustiça contra indivíduos, mas empobrecimento cognitivo coletivo. Quando a universidade menospreza pesquisadoras radicais, perde perguntas, métodos, objetos, estilos de pensamento e possibilidades de inovação social. Do mesmo modo, o CPEGI afirma que o aumento da diversidade no Sistema Nacional de Pós-Graduação é importante não apenas por justiça e reparação histórica, mas porque a presença de perfis diversos favorece uma ciência mais disruptiva, ampliando sua excelência (CAPES, 2025).

A radicalidade de pesquisadoras insurgentes é, assim, uma fonte de conhecimento. Mas, para que seja reconhecida como tal, a universidade precisa renunciar ao conforto de uma excelência higienizada. Precisa admitir que rigor não é sinônimo de frieza, que implicação não é sinônimo de parcialidade pobre, que emoção não é inimiga da análise, que experiência não é anedota quando tratada metodologicamente, e que neutralidade pode ser apenas a estética do poder não nomeado. Em diálogo com Gonzalez (2020), Carneiro (2023), Collins (2019), Curiel (2013), Segato (2021) e Haraway (1995), este artigo compreende que a crítica radical não ameaça a ciência, ameaça, antes, os privilégios que historicamente se ocultaram sob a aparência de universalidade científica.

## Subjetividade, medo e desejo de validação

A pesquisadora insurgente vive uma experiência psíquica marcada por ambivalências. Ela deseja transformar a universidade, mas também precisa ser reconhecida por ela. Deseja romper com linguagens domesticadas, mas sabe que bancas, pareceres, periódicos e editais frequentemente premiam a previsibilidade. Deseja escrever com corpo, mas foi ensinada a temer o excesso. Deseja sustentar uma pesquisa viva, mas aprende que a vitalidade pode ser interpretada como ameaça à gramática institucional da neutralidade. Essa tensão dialoga com a crítica de Haraway (1995), para quem a pretensão de uma objetividade desencarnada apaga as condições situadas da produção do conhecimento, e com Carneiro (2023), quando evidencia que instituições também produzem hierarquias de humanidade, legitimidade e autorização discursiva.

Essa tensão produz um tipo específico de sofrimento: o sofrimento de ter que negociar a própria potência para permanecer reconhecível no interior da academia. Não é apenas cansaço, é conflito ético e epistemológico. A pesquisadora sabe que sua pesquisa nasce de uma urgência social, mas é pressionada a apresentá-la como se fosse apenas uma lacuna bibliográfica. Sabe que seu objeto envolve violência, dor e disputa política, mas é convocada a neutralizar o tom. Sabe que determinadas autoras dizem melhor sua experiência histórica, mas teme que sejam consideradas “pouco clássicas”, “militantes” ou “identitárias”. Nessa direção, Gonzalez (2020) permite compreender que a desqualificação de saberes negros, feministas e latino-americanos não é acidental, mas efeito de uma tradição acadêmica eurocentrada que historicamente definiu quais vozes poderiam aparecer como universais. A subjetividade acadêmica insurgente é constituída nessa tradução permanente entre verdade vivida e aceitabilidade institucional.

O medo de validação negativa organiza comportamentos. Ele leva à autocensura, ao excesso de fundamentação defensiva, à remoção de passagens mais contundentes, à escolha estratégica de títulos menos provocativos, à suavização de conclusões e à substituição de termos politicamente densos por expressões mais palatáveis: “violência” torna-se “desafio”, “racismo” torna-se “desigualdade”, “misoginia” torna-se “viés”. Esse movimento pode ser compreendido como efeito de uma economia institucional do reconhecimento, na qual certos sujeitos precisam provar continuamente que sua experiência não compromete sua competência analítica. Collins (2019), ao discutir o pensamento feminista negro como tradição intelectual, ajuda a sustentar que experiência não é o oposto da teoria, torna-se fonte legítima de conhecimento quando elaborada de modo crítico, situado e metodologicamente rigoroso.

Esse mecanismo não significa que toda escrita deva ser panfletária ou que a densidade conceitual deva ser substituída por indignação. A questão é outra. Quando a universidade exige que certos sujeitos suavizem sua análise para serem considerados rigorosos, ela não está defendendo a ciência, mas uma estética de controle. A pesquisadora radical não reivindica o direito de escrever sem método, reivindica o direito de não ser obrigada a amputar a dimensão política do método. Haraway (1995) contribui para esse deslocamento ao afirmar que a objetividade feminista não se constrói pela negação da posição, mas pela responsabilidade crítica diante do lugar a partir do qual se conhece. Assim, a implicação não é fragilidade metodológica, pode ser condição de rigor quando explicitada, situada e teoricamente elaborada.

A validação social na academia opera como moeda psíquica. Ser citada, aprovada, convidada, orientada, financiada, publicada e reconhecida produz pertencimento. A ausência desses sinais produz dúvida. A pesquisadora passa a se perguntar se sua radicalidade é realmente potência ou se é inadequação. A violência simbólica atua exatamente nessa fronteira: faz o sujeito subalternizado participar da própria suspeição sobre si. Em diálogo com Carneiro (2023), essa dinâmica pode ser lida como parte de um dispositivo que não apenas exclui, mas também produz subjetividades marcadas pela dúvida, pela autovigilância e pela necessidade permanente de comprovação. O poder é mais eficiente quando transforma crítica externa em autocobrança interna.

Há também um mecanismo de manipulação narrativa no modo como a instituição individualiza problemas estruturais. Quando uma pesquisadora adoece, fala-se em gestão de tempo. Quando uma mãe reduz produtividade, fala-se em competitividade. Quando uma mulher denuncia assédio, fala-se em conflito interpessoal. Quando uma pesquisadora negra aponta racismo epistêmico, fala-se em excesso de sensibilidade. Quando uma discente periférica não consegue circular em eventos, fala-se em falta de iniciativa. O sistema converte desigualdade em atributo individual. Essa é uma das formas mais violentas de despolitização, pois desloca para o sujeito o peso de contradições produzidas institucionalmente. Segato (2021) ajuda a compreender essa operação ao demonstrar que as instituições modernas frequentemente administram desigualdades históricas como se fossem falhas localizadas, interpessoais ou excepcionais, preservando a estrutura que as produz.

O Censo da Pós-Graduação *stricto sensu*, instituído pela CAPES como política anual de coleta sistematizada de informações sobre os programas, tem a finalidade de subsidiar decisões e políticas públicas, com ênfase em ações afirmativas e inclusivas. Sua existência abre uma possibilidade importante: transformar experiências antes tratadas como relatos isolados em dados institucionais. Ao prever informações estatísticas e indicadores para planejamento e gestão, o Censo pode deslocar a desigualdade do campo da anedota para o campo da responsabilidade pública.

No entanto, a coleta de dados não é suficiente se não houver transformação dos critérios de interpretação. Dados podem revelar desigualdades, mas também podem ser administrados de modo burocrático. O risco é transformar sofrimento em indicador sem alterar as relações que o produzem. A pós-graduação pode aprender a contar mulheres, pessoas negras, mães e vítimas de assédio sem necessariamente redistribuir poder. Por isso, a crítica à subjetividade acadêmica precisa permanecer atenta à diferença entre visibilidade estatística e transformação institucional.

A subjetividade radical também envolve desejo. Não apenas desejo de reconhecimento, mas desejo de ruptura, criação, autoria e mundo. Pesquisadoras insurgentes frequentemente não querem apenas ocupar a universidade, querem reconfigurar o que a

universidade entende por conhecimento. Querem escrever de modo que a pesquisa não traia a experiência. Querem produzir teoria sem abandonar o território. Querem fazer da metodologia não uma técnica fria, mas uma ética da escuta. Querem que a ciência responda às violências do presente sem se esconder atrás de uma neutralidade impossível. Essa formulação aproxima-se de hooks (2013), para quem a educação pode ser prática de liberdade quando rompe com pedagogias de silenciamento e autoriza sujeitos historicamente subalternizados a pensar, falar e produzir conhecimento a partir de si e contra as estruturas que os oprimem.

Esse desejo torna-se incômodo para organizações acostumadas a administrar o dissenso. A universidade suporta melhor a crítica quando ela já está canonizada, traduzida, citável e distante. Suporta pior a crítica quando ela emerge de sujeitos vivos, presentes, institucionalmente dependentes e diretamente afetados pelo que denunciam. A pesquisadora radical, então, ocupa uma posição paradoxal: é necessária à renovação do conhecimento, mas desconfortável à estabilidade da organização. Sua presença evidencia que diversidade não pode significar apenas inclusão administrada, precisa implicar transformação dos critérios de escuta, autoridade, rigor e excelência.

## Pós-graduação como campo de trabalho

A pós-graduação deve ser pensada também como trabalho. Essa afirmação é politicamente relevante porque desloca a imagem romantizada da pesquisadora como alguém movida apenas por vocação. Pesquisa é trabalho intelectual, afetivo, metodológico, discursivo, relacional e institucional. Envolve leitura, escrita, coleta de dados, análise, participação em eventos, submissão de artigos, prestação de contas, orientação, ensino, extensão, militância acadêmica, burocracia e elaboração contínua de si mesma como sujeito competente.

A injustiça central reside no fato de que uma parte significativa desse trabalho permanece invisível. O currículo registra produtos finais, mas não registra o custo psíquico da produção. Registra artigos, mas não registra noites de cuidado, jornadas múltiplas, assédio enfrentado, deslocamentos, insegurança financeira, recusas, medo, solidão e autocensura. A produtividade acadêmica aparece como resultado individual, quando é sempre sustentada por condições materiais e relações sociais. O que se chama de mérito frequentemente é o nome elegante de uma vantagem acumulada.

A pós-graduação organiza um mercado simbólico de reconhecimento. Bolsas, publicações, citações, notas, convites e credenciamentos funcionam como sinais de valor. Esse mercado produz desejo, competição e comparação. A pesquisadora aprende a se medir por indicadores que nem sempre captam a relevância social, ética ou política de sua produção. A radicalidade, por sua vez, pode ser pouco rentável nesse mercado quando tensiona demais as expectativas de circulação. Há objetos que demoram a ser reconhecidos, há linguagens que enfrentam resistência, há epistemologias que precisam disputar espaço antes mesmo de produzir efeitos mensuráveis.

As bolsas de produtividade constituem um exemplo privilegiado dessa economia. Elas não representam apenas financiamento, representam consagração. Ser bolsista de produtividade significa ocupar um lugar de reconhecimento científico. Quando mulheres são maioria na formação, mas apenas 35,5% dessas bolsas, o sistema explicita um funil de prestígio. A pergunta crítica é: que tipo de trajetória é lida como produtiva o suficiente para ser premiada? Que interrupções são toleradas? Que áreas são mais valorizadas? Que estilos de

pesquisa são reconhecidos como excelência? Que redes sustentam candidaturas bem-sucedidas?

A retaliação à radicalidade pode operar justamente nesse funil. Não é necessário negar formalmente que pesquisadoras feministas, negras ou politicamente implicadas produzam conhecimento. Basta que seus temas sejam considerados menos centrais, seus periódicos menos prestigiosos, suas metodologias menos robustas, suas trajetórias menos lineares, seus tempos menos competitivos, suas redes menos influentes. A exclusão se dá por pequenas decisões acumuladas que, no final, aparecem como diferença natural de mérito.

A precarização também atua subjetivamente. Bolsas insuficientes, ausência de direitos trabalhistas, incerteza sobre continuidade, exigências produtivas crescentes e competição intensa produzem uma pesquisadora ansiosa, sempre em dívida. A dívida é uma categoria psíquica central na pós-graduação. A pesquisadora sente que deve mais: mais leitura, mais produção, mais presença, mais submissão, mais gratidão. Mesmo quando trabalha intensamente, sente que está atrasada. Essa sensação permanente de insuficiência é funcional à organização produtivista (Sguissardi; Júnior, 2009)

A radicalidade exige tempo, coragem e elaboração. Mas a precarização rouba precisamente essas condições. Uma pesquisadora exausta tende a arriscar menos. Uma pesquisadora financeiramente insegura tende a se adaptar mais. Uma pesquisadora sem rede tende a evitar conflitos. A precarização não apenas explora, ela disciplina. Ela reduz a margem subjetiva para a insurgência. A docilidade acadêmica pode ser compreendida, em parte, como efeito da vulnerabilidade material.

A dimensão racial aprofunda esse quadro. O CGEE mostra concentração branca nas titulações e no emprego formal de mestres e doutores, apesar do crescimento de pessoas pretas e pardas ao longo do período. Uma pesquisadora negra não disputa apenas reconhecimento intelectual, disputa contra a sedimentação histórica de uma universidade que por muito tempo não a imaginou como produtora legítima de teoria. Sua radicalidade é frequentemente lida a partir de estereótipos: raiva, ressentimento, identitarismo, parcialidade. O racismo epistêmico[2] não impede apenas a entrada, regula a recepção da voz.

O mesmo ocorre com pesquisadoras periféricas e de regiões historicamente negligenciadas. A concentração regional de programas, recursos e redes produz uma geografia do reconhecimento. O que é produzido no centro, ou Norte, tende a circular como universal, o que emerge da periferia, ou Sul, precisa provar relevância geral. Essa assimetria territorial afeta temas, estilos, referências, acesso a eventos, composição de bancas e oportunidades de colaboração. A pesquisadora frequentemente precisa traduzir seu território para uma audiência que o considera particular demais, empírico demais, localizado demais.

A pós-graduação, como organização, administra essas desigualdades por meio de procedimentos que parecem neutros. Não se trata apenas a exclusão explícita, mas a normalização de padrões de excelência construídos sobre vantagens historicamente distribuídas. A crítica radical precisa atacar esse ponto, não há justiça acadêmica enquanto a universidade medir todos os sujeitos pela régua de quem nunca precisou explicar sua presença.

---

[2] O termo racismo epistêmico foi cunhado pelo sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel em 2006. O conceito emerge no interior dos estudos decoloniais e da crítica à colonialidade do saber, permitindo compreender que a produção do conhecimento não ocorre em um campo neutro, mas em uma ordem histórica marcada por hierarquias coloniais, raciais, territoriais e epistêmicas.

## Da inclusão administrada à transformação dos critérios de excelência

Os documentos analisados apontam para um momento de inflexão. A CAPES, o MCTI, o CNPq e o CGEE já produzem ou divulgam informações que permitem identificar desigualdades de gênero, raça, remuneração, prestígio, maternidade e assédio. Não se trata da ausência absoluta de dados. É o que se faz com eles.

A inclusão administrada é aquela que incorpora sujeitos neglicenciados sem alterar substancialmente a lógica de funcionamento da organização. Ela celebra diversidade, mas mantém intacta a gramática do mérito. Cria editais, mas não muda bancas. Conta mulheres, mas não enfrenta misoginia. Registra raça, mas não transforma bibliografias. Reconhece maternidade, mas continua premiando disponibilidade total. Condena assédio, mas protege reputações institucionais. Fala em pluralidade epistemológica, mas segue avaliando a partir de critérios estreitos de legitimidade.

A transformação necessária é mais profunda. Exige revisar o que a universidade chama de excelência. Excelência não pode continuar sendo confundida com produtividade descontextualizada. Não pode ser medida como se todos os sujeitos produzissem sob as mesmas condições. Não pode premiar linearidade em um mundo desigual. Não pode tratar cuidado, maternidade, violência, território, raça e gênero como ruídos externos à carreira científica. Esses elementos são parte das condições de produção do conhecimento.

O Comitê Permanente de Ações Estratégicas e Políticas para Equidade de Gênero com suas interseccionalidades propõe que indicadores de diversidade e inclusão possam ser utilizados como critério de bonificação para excelência dos programas. Essa proposta tem potência política porque desloca a diversidade do lugar de apêndice para o centro da avaliação. Um programa excelente não seria apenas aquele que publica muito, mas aquele que produz conhecimento sem reproduzir sistematicamente exclusões. Um programa excelente não seria apenas aquele que internacionaliza, mas aquele que garante permanência digna, pluralidade epistemológica, cuidado e enfrentamento efetivo à violência.

Há, contudo, uma disputa sobre o sentido dessa transformação. Ela pode ser absorvida de modo burocrático, como preenchimento de formulários e produção de evidências administrativas. Ou pode produzir mudança real na cultura dos programas. Para isso, é necessário que diversidade não seja apenas composição numérica, mas redistribuição de autoridade. Pesquisadoras radicalmente situadas precisam não apenas estar presentes, mas participar da definição dos critérios de relevância, método, impacto e qualidade.

Isso implica repensar bancas, orientações, linhas de pesquisa, processos seletivos, credenciamento docente, avaliação curricular, distribuição de bolsas e políticas de permanência. Implica reconhecer que perspectivas epistemológicas distintas não são enfeites multiculturais, mas formas diferentes de construir problemas. Implica aceitar que uma pesquisa feminista interseccional, decolonial, narrativa ou situada não é menos rigorosa por recusar a pretensão de neutralidade, seu rigor está justamente em explicitar as condições de produção da análise.

A discussão também exige enfrentar o vínculo entre linguagem e poder. A academia costuma valorizar uma escrita que performa distanciamento. Essa estética pode produzir análises importantes, mas também pode funcionar como mecanismo de exclusão. Nem toda escrita intensa é imprecisa. Nem toda escrita fria é rigorosa. A força de um artigo não está na supressão dos afetos, mas na capacidade de elaborá-los criticamente. Afetos não são inimigos da ciência, são sinais de que o conhecimento emerge de sujeitos históricos em relação com o mundo.

A psicologia contribui para compreender como certas nomeações produzem efeitos subjetivos. Chamar uma pesquisadora de “militante” em tom desqualificador não descreve apenas sua postura, tenta reposicioná-la em um lugar de menor legitimidade. Dizer que uma escrita é “muito forte” pode significar que ela ameaça uma convenção de docilidade. Exigir “mais equilíbrio” pode operar como pedido de neutralização política. A linguagem avaliativa não é isenta de subjetividade, ela é uma prática de poder.

A retaliação epistêmica ocorre quando a pesquisadora é punida por produzir conhecimento a partir de uma posição que desestabiliza o campo. Essa punição pode ser material, simbólica ou psíquica. Material, quando perde oportunidades, recursos ou reconhecimento. Simbólica, quando é desqualificada, exotizada ou reduzida à identidade. Psíquica, quando internaliza dúvida, culpa e medo. A universidade pode não expulsar formalmente essas pesquisadoras, pode apenas tornar sua permanência tão custosa que a adaptação pareça a única saída racional.

Por isso, a radicalidade acadêmica precisa ser defendida não como estilo individual, mas como prática ético-política de produção de conhecimento. A radicalidade não é excesso de subjetividade, é recusa da falácia institucional de que há conhecimento sem posição. A pesquisadora radical não ameaça a ciência, ameaça os privilégios que se escondem atrás da ciência. Ela não enfraquece o rigor, expande o que pode ser rigorosamente interrogado.

O ponto decisivo é que a pós-graduação brasileira está diante de uma escolha. Pode continuar tratando desigualdades como problemas de inclusão pontual ou pode reconhecer que seus próprios critérios de avaliação participam da produção dessas desigualdades. Pode contar corpos diversos sem alterar sua escuta ou pode permitir que esses corpos transformem o que se entende por excelência. Pode tolerar a radicalidade como adorno discursivo ou reconhecê-la como força epistemológica.

## Considerações finais

Este artigo buscou sustentar que a pós-graduação *stricto sensu* brasileira deve ser compreendida como organização social produtora de subjetividades, e não apenas como instância de formação e avaliação científica. A partir de documentos oficiais da CAPES, CNPq, MCTI, CGEE e da LDB, argumentou-se que a presença crescente de mulheres e grupos sub-representados na pós-graduação não elimina a persistência de desigualdades materiais, simbólicas e epistêmicas. Ao contrário, os dados revelam uma contradição estrutural: mulheres podem ser maioria na formação e, ainda assim, permanecer sub-representadas nos espaços de maior prestígio, receber remuneração inferior e enfrentar condições desiguais de permanência, cuidado e reconhecimento.

A radicalidade de pesquisadoras insurgentes é menosprezada quando seus modos de produzir conhecimento são lidos como excesso, militância, parcialidade ou falta de maturidade. É retaliada quando essa desqualificação se traduz em barreiras materiais, silenciamentos discursivos, autocensura, assédio, isolamento, menor acesso a prestígio e sofrimento psíquico. A punição raramente se apresenta como censura direta. Ela aparece como parecer, sugestão de tom, exigência de neutralidade, dúvida sobre rigor, desconfiança metodológica, atraso no reconhecimento ou necessidade permanente de provar legitimidade.

A universidade brasileira tem diante de si uma tarefa ética inadiável: deixar de confundir inclusão com domesticação. Não basta permitir que pesquisadoras feministas, negras, periféricas, mães ou politicamente implicadas entrem na pós-graduação se a condição

de permanência for a neutralização de sua potência crítica. Democratizar a ciência exige transformar os critérios de autoridade que definem quem pode falar, que temas importam, que métodos são legítimos e que afetos podem compor a escrita acadêmica.

A radicalidade, quando rigorosamente elaborada, não é ameaça à ciência. É sua possibilidade de renovação. A pesquisa que carrega corpo, memória, território, indignação e compromisso político não é menos científica, ela apenas recusa a fantasia de que pensar exige amputar a vida. A pós-graduação que não reconhecer e mudar isso poderá permanecer produzindo excelentes indicadores e subjetividades feridas. Ao passo que, a que reconhecer poderá, enfim, converter diversidade em transformação epistemológica, e não apenas em estatística institucional.

**Referências**

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 18 maio 2026.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser.** Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Painel de Chamadas de Bolsas de Produtividade – PQ.** Brasília: CNPq, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/paineis-de-dados/painel-de-chamadas-de-bolsas-de-produtividade-pq. Acesso em: 03 abril 2026.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). **Brasil: Mestres e Doutores 2024.** Brasília: CGEE, 2024. Disponível em: https://mestresdoutores2024.cgee.org.br. Acesso em: 28 abr. 2026.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** São Paulo: Boitempo, 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Recomendações para avaliação quadrienal 2029.** Brasília: CAPES, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/06112025_Comitê Permanente de Ações Estratégicas e Políticas para Equidade de Gênero com suas interseccionalidades_CAPES_sugestoes_avaliacao_quadrienal_2029.pdf. Acesso em: 02 abril 2026.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Comitê da CAPES faz recomendações à avaliação da pós-graduação.** Brasília: CAPES, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/comite-da-capes-faz-recomendacoes-a-avaliacao-da-pos-graduacao. Acesso em: 02 abril 2026.

CURIEL, Ochy. **La nación heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación.** Bogotá: Brecha Lésbica; En la Frontera, 2013.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.** Cadernos Pagu, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas. Acesso em: 27 abril 2026.

LUGONES, María. **Peregrinajes/Pilgrimages: theorizing coalition against multiple oppressions.** Lanham: Rowman & Littlefield, 2003.

MACHADO, Letícia Santos et al. **Parent in Science: the impact of parenthood on the scientific career in Brazil.** 2019 IEEE/ACM 2nd International Workshop on Gender Equality in Software Engineering (GE), 2019. DOI: 10.1109/GE.2019.00017.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI). **Mulheres já são maioria nas bolsas de mestrado e doutorado, mas ocupam apenas 35,5% das bolsas de produtividade.** Brasília: MCTI, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2025/02/mulheres-ja-sao-maioria-nas-bolsas-de-mestrado-e-doutorado-mas-ocupam-apenas-35-5-das-bolsas-de-produtividade. Acesso em: 03 abril 2026.

SEGATO, Rita Laura. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.